

AS REMUNERAÇÕES E OS CUSTOS DO TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA E A FALSA JUSTIFICAÇÃO PARA A REDUZIDA COMPETITIVIDADE

Um dos argumentos mais utilizados pelo governo, pela “troika”, pelo patronato e pelos seus defensores nos media para justificar uma maior desregulamentação das leis do trabalho em Portugal (uma das chamadas “reformas estruturais”) é que os custos do trabalho no nosso país seriam demasiadamente elevados, o que determinaria a baixa competitividade das empresas portuguesas. Este argumento de tão repetido pode acabar por passar para muitos como verdadeiro. Por isso interessa analisá-lo com atenção.

Utilizando os dados divulgados pelo Ministério da Economia (quadro 1), entre 2011 e 2014, a remuneração média líquida nominal (não considerando o efeito da subida de preços) dos trabalhadores do setor privado diminuiu 5,7%, mas se se entrar em conta com efeito da subida preços conclui-se que, neste período, registou-se uma redução do poder de compra destes trabalhadores em 11,5%. Em relação aos trabalhadores da Função Pública (quadro 2) a evolução verificada ainda foi mais grave, já que a perda de poder de compra sofrida por estes trabalhadores foi o dobro da verificada no setor privado. Entre 2010 e 2014, como consequência do efeito conjugado do corte das remunerações nominais, do aumento enorme de impostos e dos descontos para a ADSE, o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública reduziu-se em 22,1%. E em 2015, apesar da redução em 20% no corte das remunerações, mesmo assim o poder de compra destes trabalhadores continuará inferior ao que tinham em 2010 em 21,4%.

Se a análise for alargada a toda a União Europeia utilizando dados do Eurostat conclui-se que, já em 2012 (*são os últimos dados disponibilizados pelo serviço oficial de estatísticas da U.E.*), os custos do trabalho em Portugal eram apenas 53,1% da média dos países das U.E. e 46,9% da média dos países da zona euro. E que o salário médio em Portugal correspondia apenas a 56,4% do médio da U.E. e a 51,2% do da zona euro. Dizer que os custos do trabalho e os salários em Portugal são a causa da baixa competitividade das empresas portuguesas é enganar a opinião pública.

Mas analisemos esta matéria de uma forma mais pormenorizada. E vamos começar pelas remunerações dos trabalhadores do setor privado. Para isso, vai-se utilizar dados do Ministério da Economia, com os quais se construiu o quadro 1.

Quadro 1 – Variação do ganho mensal líquido nominal e real em Portugal dos trabalhadores do setor privado entre 2011 e 2014

NIVEIS PROFISIONAIS	2011				2014				Ganho líquido mensal de 2014 a preços de 2011	Variação no ganho líquido mensal entre 2011 e 2014	
	Ganho mensal líquido	IRS anual	Segur- rança Social ano	Ganho Líquido mensal nominal	Ganho mensal líquido	IRS anual (inclui sobre-taxa)	Segu- rança Social anual	Ganho Líquido mensal nominal		Ganho líquido mensal nominal	Ganho líquido mensal real
TODOS	1.143 €	1.753 €	1.760 €	892 €	1.121 €	2.194 €	1.726 €	841 €	788 €	-5,7%	-11,6%
Dirigentes	2.855 €	9.549 €	4.397 €	1.859 €	2.726 €	10.313 €	4.198 €	1.689 €	1.583 €	-9,1%	-14,8%
Empregados	1.198 €	1.942 €	1.845 €	928 €	1.162 €	2.372 €	1.789 €	865 €	810 €	-6,8%	-12,6%
Operários	824 €	659 €	1.269 €	686 €	824 €	924 €	1.269 €	667 €	625 €	-2,8%	-8,9%
Aprendizes	616 €	259 €	949 €	530 €	633 €	476 €	975 €	529 €	496 €	-0,1%	-6,4%

FONTE: Inquérito aos Ganhos e duração do Trabalho - GEE - Ministério da Economia

Como mostram os dados do “Inquérito aos ganhos e duração do trabalho” do Ministério da Economia, entre 2011 e 2014, o “ganho líquido médio nominal” dos trabalhadores do setor privado diminuiu em 5,7%, mas se considerarmos o efeito do aumento de preços, o ganho médio real de 2014, ou seja, o seu poder de compra é inferior ao de 2011 em 11,6%. Isto para os trabalhadores que têm emprego, pois para os que foram despedidos ou que não conseguiram arranjar emprego (*e são mais de um milhão se consideramos o desemprego oficial e os que deixaram de procurar emprego porque nunca o encontram assim como o falso emprego*), a situação é ainda mais grave pois a quebra nos seus rendimentos foi muito mais dramática.

O CORTE NAS REMUNERAÇÕES REAIS DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA FOI O DOBRO QUE SE VERIFICOU NO SETOR PRIVADO

Em relação aos trabalhadores da Função Pública a quebra na remuneração real foi ainda maior, pois para além de todas as malfeitorias que sofreram os trabalhadores do setor privado, ainda sofreram um corte nas suas remunerações nominais superior a 5%. Os dados oficiais do Ministério das Finanças (DGAEP) constantes do quadro 2 provam isso.

Quadro 2 – Variação do ganho médio mensal líquido nominal e real dos trabalhadores da Função Pública no período 2010-2015

ANO	Ganho médio ilíquido nominal	IRS	CGA	ADSE	Sobre-taxa	Ganho médio nominal líquido	Ganho médio líquido real (a preços de 2010)
2010	1.658,8 €	257,1 €	182,5 €	24,9 €		1.194,3 €	1.194,3 €
2011 (corte Sócrates)	1.602,4 €	248,37 €	176,3 €	24,0 €	32,1 €	1.121,6 €	1.081,6 €
2012 (corte Sócrates)	1.598,4 €	263,73 €	175,8 €	24,0 €	32,0 €	1.102,9 €	1.034,6 €
2013 (corte Sócrates)	1.586,0 €	317,20 €	174,5 €	35,7 €	31,2 €	1.027,5 €	947,8 €
Jan.2014 (com corte adicional Passos Coelho)	1.512,2 €	279,75 €	166,3 €	52,9 €	28,3 €	984,9 €	908,5 €
Jul.2014 (eliminação transitória do corte- Tribunal Constitucional)	1.658,8 €	331,75 €	182,5 €	58,1 €	32,7 €	1.053,8 €	972,2 €
Dez.2014 (reposição corte Sócrates)	1.586,0 €	317,20 €	174,5 €	55,5 €	30,5 €	1.008,3 €	930,2 €
Jan.2015 (Corte Sócrates com redução de 20%)- Estimativa	1.600,5 €	320,11 €	176,1 €	56,0 €	30,2 €	1.018,1 €	939,2 €
2010-2014	-4,4%	23,4%	-4,4%	123,1%		-15,6%	-22,1%
2010-2015	-3,5%	24,5%	-3,5%	125,1%		-14,8%	-21,4%

FONTE: DGAEP- Ministério das Finanças

Entre 2010 e 2014, os trabalhadores da Função Pública sofreram uma redução de 15,6% no seu ganho médio líquido nominal mas se se considerar o efeito do aumento de preços, a redução no ganho médio líquido real (poder de compra) é de 22,1%. Em 2015, mesmo com a redução de 20% no corte a que estão sujeitas as remunerações destes trabalhadores, e admitindo que não se verifica qualquer subida de preços, a remuneração média real destes trabalhadores em 2015 é inferior em 21,4% à que tinham em 2010. Com esta redução a remuneração média líquida real da Função Pública está próxima da do setor privado (+142€) apesar de naquela o nível médio de escolaridade e qualificação ser muito mais elevado.

OS CUSTOS DO TRABALHO E OS SALÁRIOS EM PORTUGAL SÃO MUITO INFERIORES À MÉDIA DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA E À DA ZONA DO EURO

Observem-se os dados do Eurostat do quadro 3 de empresas com 10 ou mais assalariados.

Quadro 3 – Custo do trabalho e salario em Portugal e na União Europeia – 2012

REGIÃO / PAÍS	Custo total da mão (assalariado) por mês (12 meses)- tempo completo	% que custo do trabalho em Portugal representa em relação custo de cada país	Salario mensal (12 meses) - tempo completo	% que salario em Portugal representa em relação salário de cada país	Nº Trabalhadores abrangidos
União Europeia - 28 países	3.500 €	53,1%	2.651 €	56,4%	111.278.096
Zona euro - 18 países	3.966 €	46,9%	2.919 €	51,2%	69.431.718
Bélgica	4.628 €	40,2%	3.354 €	44,6%	2.622.260
Dinamarca	5.230 €	35,6%	4.546 €	32,9%	1.484.067
Alemanha (só território RFA)	4.319 €	43,1%	3.358 €	44,5%	20.827.975
Irlanda	4.138 €	44,9%	3.574 €	41,8%	1.061.477
Espanha	3.032 €	61,3%	2.246 €	66,6%	7.830.751
França	4.449 €	41,8%	2.908 €	51,4%	14.460.472
Italia	3.652 €	50,9%	2.630 €	56,8%	9.414.693
Chipre	2.517 €	73,9%	2.098 €	71,3%	163.301
Luxemburgo	5.025 €	37,0%	4.335 €	34,5%	279.008
Malta	1.982 €	93,8%	1.845 €	81,0%	116.296
Países Baixos	4.676 €	39,8%	3.561 €	42,0%	4.636.930
Austria	4.449 €	41,8%	3.280 €	45,6%	2.099.358
PORTUGAL	1.860 €	100,0%	1.495 €	100,0%	2.012.626
Finlândia	4.198 €	44,3%	3.268 €	45,8%	1.484.449
Suécia	5.244 €	35,5%	3.577 €	41,8%	2.935.255
Reino Unido	3.922 €	47,4%	3.280 €	45,6%	18.215.396
Islandia	2.060 €	90,3%	1.634 €	91,5%	148.591
Noruega	7.580 €	24,5%	6.207 €	24,1%	1.294.257
Suiça	8.117 €	22,9%	6.416 €	23,3%	2.691.854

FONTE: Eurostat

Como revelam os dados do Eurostat, já em 2012, o custo do trabalho em Portugal era muito inferior ao dos países mais desenvolvidos da União Europeia. O mesmo sucedia com o salário médio que, em Portugal, correspondia apenas a 56,4% do médio da União Europeia e a 51,2% da zona do euro. Com a redução de salários que se verificou em 2013 e 2014, como mostramos, é de prever que a situação ainda seja pior para os trabalhadores portugueses. Dizer que os custos do trabalho são causa da baixa competitividade das empresas portuguesas como continuam a afirmar o patronato e os seus defensores nos media (*recorde-se a oposição dos patrões ao cumprimento da decisão do Tribunal Constitucional sobre o pagamento das horas extraordinárias*) é, sem dúvida, procurar enganar a opinião pública.

O RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS DIMINUIU ENTRE 2010 E 2013, ENQUANTO NOS PAÍSES DA U.E. AUMENTOU (exceto Grécia e Itália)

Com consequência da política de rendimentos imposta aos portugueses pela “troika” e pelo governo PSD/CDS, o rendimento mediano equivalente dos membros das famílias portuguesas diminuiu entre 2010 e 2013, enquanto em quase todos os países da U.E. aumentou, como mostram os dados do Eurostat constantes do quadro 3. As únicas exceções foram os casos da Grécia e da Itália.

Quadro 4- Rendimento mediano equivalente mensal por membro das famílias

REGIÃO / PAIS	2010 (12 meses)	2011 (12 meses)	2012 (12 meses)	2013 (12 meses)	Variação 2010-2013	Rendimento Portugal em % do de outros países	
						2010	2013
União Europeia - 28 países	1.221 €	1.232 €	1.272 €	1.282 €	5,0%	59,3%	53,1%
Zona euro - 18 países	1.408 €	1.407 €	1.428 €	1.447 €	2,8%	51,4%	47,1%
Bélgica	1.622 €	1.667 €	1.690 €	1.790 €	10,4%	44,6%	38,0%
Dinamarca	2.139 €	2.200 €	2.215 €	2.241 €	4,8%	33,8%	30,4%
Alemanha (só território RFA)	1.566 €	1.587 €	1.633 €	1.632 €	4,2%	46,2%	41,7%
Irlanda	1.709 €	1.644 €	1.590 €			42,3%	
Grécia	997 €	915 €	793 €	698 €	-30,0%	72,5%	97,6%
Espanha	1.056 €	1.010 €	998 €	1.127 €	6,8%	68,5%	60,4%
França	1.663 €	1.666 €	1.717 €	1.746 €	5,0%	43,5%	39,0%
Itália	1.328 €	1.331 €	1.336 €	1.311 €	-1,3%	54,5%	51,9%
Luxemburgo	2.694 €	2.712 €	2.732 €	2.775 €	3,0%	26,8%	24,5%
Malta	870 €	905 €	954 €	1.008 €	15,9%	83,2%	67,6%
Países Baixos	1.691 €	1.693 €	1.714 €	1.737 €	2,7%	42,8%	39,2%
Austria	1.755 €	1.789 €	1.817 €	1.839 €	4,8%	41,2%	37,0%
Portugal	723 €	701 €	694 €	681 €	-5,9%	100,0%	100,0%
Finlândia	1.779 €	1.819 €	1.892 €	1.939 €	9,0%	40,6%	35,1%
Suécia	1.642 €	1.876 €	2.061 €	2.201 €	34,0%	44,0%	30,9%
Reino Unido	1.426 €	1.428 €	1.597 €	1.558 €	9,3%	50,7%	43,7%
Islândia	1.527 €	1.581 €	1.613 €	1.770 €	15,9%	47,4%	38,5%
Noruega	2.700 €	3.038 €	3.342 €	3.576 €	32,4%	26,8%	19,0%
Suíça	2.556 €	2.828 €	3.284 €	3.399 €	33,0%	28,3%	20,0%

FONTE: Eurostat

Em 2010, o rendimento mediano equivalente em Portugal era apenas de 723€/mês por membro de família (*tenha-se presente que apenas o 1º adulto vale 1 sendo atribuído o valor do quadro, o 2º só vale 0,7, portanto 70% do valor; e as crianças só contam 0,5, portanto a cada uma cabe 50% daquele valor*); repetindo, em 2010, o valor era apenas de 723€/mês, o que representava apenas 59,3% da média da U.E. Apesar disso, entre 2010 e 2013, o seu valor diminuiu em Portugal 5,9%, pois baixou para apenas 681€/mês, enquanto a média na U.E. aumentou 5%, o que determinou que, em 2013, o valor em Portugal correspondesse apenas a 53,1% da média da U.E. Também na área da coesão social Portugal no lugar de convergir para a U.E. esta a divergir com consequências dramáticas.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt, 10.1.2014